

---

## EDITORIAL

A Revista Diálogo Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tem como proposta a promoção de um debate acadêmico de cunho interno (entre os próprios colegas do Programa) e externo (com pesquisadores de todas as universidades brasileiras), acerca dos estudos e pesquisas realizadas. Na perspectiva de facilitar este debate, os últimos números da Revista Diálogo Educacional foram organizados sob a responsabilidade das diferentes Linhas de Pesquisa do Programa, abordando temáticas específicas, as quais norteiam os estudos e as pesquisas desenvolvidas em cada uma das Linhas de Pesquisa. A centralização de temáticas específicas em cada número da Revista não objetiva apenas o aprofundamento do tema, mas, sobretudo, suscita debate. Entende-se que não se lida com Leis Científicas e sim com teorias e dados empíricos, o que leva a crer que cada temática da realidade pesquisada guarda consigo polêmicas, as quais condicionam a elucidação da realidade estudada. Portanto, a diversidade do método teórico e do olhar científico é bem-vinda e necessária ao avanço da pesquisa acadêmica na área das Ciências Humanas. É com esta perspectiva, com muita responsabilidade e alegria, que este número da Revista Diálogo Educacional, sob a responsabilidade da Linha “Políticas e Gestão da Educação”, traz ao público acadêmico o debate de uma das temáticas mais importantes e discutidas entre os pensadores educacionais, nos dias atuais, As Políticas de Educação Inclusiva. Essa temática de estudo se situa, no contexto da Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão da Educação”, no Núcleo de estudos sobre as Políticas Públicas, Educação e Cidadania.

A idéia de trazer à tona a temática sobre as Políticas de Educação Inclusiva se justifica em virtude pelo clima de polêmica que esta temática suscita, não somente no Brasil, mas em muitos países. Em primeiro lugar, nos dias de hoje, a própria expressão “educação inclusiva” sugere ambigüidade. Isto é, a princípio, educação inclusiva se referia “inclusão” de crianças portadoras de “deficiências” em escolas regulares. Mas, nos dias atuais, este conceito ganhou ampliação graças às ações governamentais de “inclusão” social, como é o caso das cotas de garantias de acesso às universidades para determinados grupos sociais. Esta ambigüidade será contemplada no debate exposto neste número da Revista Diálogo Educacional.

Portanto, um aspecto importante que o tema Políticas de Educação Inclusiva suscita refere às implicações teóricas e metodológicas inerentes ao conceito, sobretudo quando se refere às políticas de inclusão social. Neste caso, a educação inclusiva se trata de um discurso que associa a ação educativa à “devolução” das condições de cidadania às pessoas, ou aos grupos sociais, gerando tropeços conceituais e teóricos dignos de análises.

A partir do exposto acima, propõe-se, neste número da Revista Diálogo Educacional, abrir um debate a partir de três principais frentes: a) Análise de experiências de inclusão escolar, referindo-se à inclusão de crianças com “deficiências” em escolas regulares. Nesse sentido, contamos com a significativa contribuição do texto intitulado “O Ato Pedagógico como Possibilidades de Prazer, Engajamento e Significado: Possibilidades de Inclusão no Contexto da Exclusão

---

---

Social”, de autoria da Professora Dra. Rita Vieira de Figueiredo, da UFC, como texto de abertura do debate. A importância deste texto como abertura do debate se dá pelo fato de ele se diferenciar de todos os outros, trazendo uma análise da educação inclusiva enquanto “inclusão” de crianças portadoras de “deficiências” em escolas regulares. Portanto, este texto tem uma grande importância neste debate por ser o único a pontuar um dos lados da ambigüidade conceitual da educação inclusiva. b) Análise das políticas de inclusão adotadas pelo governo brasileiro, no que se refere às particularidades destas políticas. Para esta análise, contamos com a colaboração de dois textos: O primeiro deles, intitulado “Políticas de Inclusão e Cultura Excludente: Paradoxos do Currículo Escolar”, de autoria da Professora Dra. Anna Rosa Fontella Santiago, da UNIJUI, que analisa justamente as possibilidades e limites do Currículo como fator de inclusão. O segundo, intitulado “Políticas Educacionais e Pedagogia da Exclusão: A Escola em Xequê no Brasil do Século XXI”, de autoria da Professora Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida, da UNICAMP e da PUC, analisa os limites das Políticas Educacionais enquanto fator de inclusão social. c) Análise de experiências educativas enquanto ação inclusiva (ou exclusiva). Nessa temática, contamos com quatro textos, dos quais três trazem experiências de outros países, enriquecendo o debate: O primeiro, intitulado “Percurso Escolares Atípicos do Colégio de Parédaka em Guiné (África do Oeste): Uma Abordagem Comparativa”, de autoria do Professor Dr. Boubacar Bayero Diallo, da Universidade de Québec de Montreal, Canadá; o segundo intitulado “A Saúde da Criança em Contexto de Pobreza e de Exclusão – Novos Desafios de Políticas de Inclusão”, de autoria da Professora Dra. Natália Ramos, da Universidade Aberta de Lisboa; o terceiro intitulado “A Democratização do Ensino e o Tratamento das Desigualdades Sociais no Ensino/Aprendizagem Intercultural de Línguas Estrangeiras”, de autoria da Professora Dra. Clarisse Costa Afonso, da Universidade Nova de Lisboa, e o último intitulado “A Educação Superior no Brasil e o Caráter de Desigualdade do Acesso e da Permanência”, de autoria da Professora Dra. Maria Lourdes Gisi, da PUCPR. E, finalmente, como caráter conclusivo, o texto intitulado “Análise Crítica dos Fundamentos Teóricos da Educação Inclusiva”, de minha autoria, referindo-se ao conceito de Educação Inclusiva enquanto ação governamental de inclusão social.

Iniciamos, no número dezesseis, a organização desta revista com dois núcleos, sendo o primeiro com um dossiê, em que uma temática é aprofundada, e o segundo núcleo com artigos diversos. Para esta publicação, foram selecionados três textos, sendo o primeiro “A Questão do Ensino Religioso na União Européia”, da Profa. Dra. Lílian Blanck de Oliveira (FURB) e do Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (PUCPR), o segundo artigo do Prof. Nilton Maurício Martins Torquato “O Resgate do Homem Multidimensional em Mundo Unidimensional” e o último do Prof. Carlo Ralph De Musis intitulado “Formação com Apercepção: Ajuste e Resistência”.

Pelo Conselho Editorial  
*Prof. Dr. Lindomar Wessler Bonetti*

---